GESTÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Gestão e Educação para o Trânsito surge a fim de facilitar a convivência social entre as pessoas, promovendo um maior entendimento das normas, dos valores, dos princípios, dos hábitos, entre outros fatores que são determinantes para que haja uma boa convivência social no trânsito. A Gestão e Educação para o Trânsito pode se tornar uma ferramenta que venha colaborar para a diminuição de tantas vidas que são ceifadas diariamente tanto nas nossas rodovias como também nos centros urbanos de todo Brasil.

OBJETIVO

Formar o profissional da área para conhecer as bases jurídicas que dão sustentação ao desenvolvimento da atividade, proporcionando os fundamentos e as garantias legais, aprofundando os conhecimentos sobre a Gestão e Educação para o Trânsito, atuando na pesquisa e construção de novas competências e habilidades.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
4583	Direito Aplicado ao Trânsito	60

APRESENTAÇÃO

Leis e normas; Princípios constitucionais aplicados à legislação de trânsito; Noções de Legística; Direito Administrativo – conceito, princípios, fontes, relação com o trânsito; Administração Pública – conceito, organização e poderes; Atos Administrativos – conceitos, requisitos e atributos; Direito Penal – conceitos, crimes de trânsito, juizados especiais; Noções de Processo Penal; Noções de Processo civil e a comparação com o processo administrativo de trânsito; Modelos de recursos e análises de julgamentos.

OBJETIVO GERAL

Estudar as leis, normas e os princípios constitucionais aplicados à legislação de trânsito;

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer as noções de Processo civil e a comparação com o processo administrativo de trânsito;

• Demonstrar a necessidade de estudar o direito administrativo bem como seus conceito, princípios, fontes e sua relação com o trânsito;

• Analisar as resoluções, pareceres e decisões do CONTRAN, dos CETRANS e do CONTRANDIFE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO TRÂNSITO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE TRÂNSITO VIÁRIO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO RESOLUÇÕES, PARECERES E DECISÕES DO CONTRAN, DOS CETRANS E DO CONTRANDIFE DIREITO CONSTITUCIONAL DIREITO ADMINISTRATIVO DIREITO PENAL DIREITO CIVIL DIREITO TRIBUTÁRIO DIREITO FINANCEIRO POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO E MOBILIDADE SEGURANÇA DE TRÂNSITO OU SEGURANÇA NO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO OU EDUCAÇÃO PARA O ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO MOBILIDADE, QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA.

REFERÊNCIA BÁSICA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

BERWIG, Aldemir. Processo e Técnica Legislativa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 1993.

OLMA, Maria. Reciclagem: Um novo condutor. 4ª edição. Editora Águia. Porto alegre. 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo; Campinas: Cortez Editora; Editora Autores Associados, 1980.

BERWIG, Aldemir. Cidadania e direitos humanos na dimensão da escola. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

CORASSA, Neuza. Seu carro: sua casa sobre rodas. Curitiba: Juruá, 2008.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a. _____ Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

PERIÓDICOS

ABNT. ABNT NBR 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 30/08/2019. DENATRAN. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito. Disponível em: . Acesso em: 12/01/2018.

74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed,

2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4585	Legislação de Trânsito	40

APRESENTAÇÃO

Introdução (conceitos e definições) Sobre A Legislação De Trânsito; Sistema Nacional De Trânsito ; Normas De Circulação E Conduta; Infrações De Passagem E Ultrapassagem; Equipamentos De Uso Obrigatório; Trânsito E Transportes De Animais; Transporte De Passageiros; Veículos(Definição, Classificação, Registro E Licenciamento); Infrações Referente Ao Veículo; Condução De Produtos Perigosos; Deficiência Auditiva; Formação Do Condutor; Categorias De Habilitação; Mudança De Categoria; Adição De Categoria; Renovação E Reciclagem; Exigências Para Categorias De Habilitação Em Relação Ao Veículo Conduzido – Cursos Especiais; Documentos De Porte Obrigatório; Infrações De Trânsito; Penalidades; Medidas Administrativas; Realização De Teste De Dosagem; Realização De Exames; Processos Administrativos; Crimes De Trânsito; Acidentes De Trânsito; Seguro Dpvat; Legislação De Trânsito Sobre O Meio Ambiente.

OBJETIVO GERAL

Respeitar a legislação de trânsito brasileira garantindo sua própria segurança, e também a segurança de terceiros, sejam pedestres ou condutores de veículos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Salientar o respeito as normas de circulação e conduta;

• Compreender as exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido – cursos especiais;

• Analisar a legislação de trânsito sobre o meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução (conceitos e definições) Sobre A Legislação De Trânsito; Sistema Nacional De Trânsito; Normas De Circulação E Conduta; Infrações De Passagem E Ultrapassagem; Equipamentos De Uso Obrigatório; Trânsito E Transportes De Animais; Transporte De Passageiros; Veículos (Definição, Classificação, Registro E Licenciamento); Infrações Referente Ao Veículo; Condução De Produtos Perigosos; Deficiência Auditiva; Formação Do Condutor; Categorias De Habilitação; Mudança De Categoria; Adição De Categoria; Renovação E Reciclagem; Exigências Para Categorias De Habilitação Em Relação Ao Veículo Conduzido – Cursos Especiais; Documentos De Porte Obrigatório; Infrações De Trânsito; Penalidades; Medidas Administrativas; Realização De Teste De Dosagem; Realização De Exames; Processos Administrativos; Crimes De Trânsito; Acidentes De Trânsito; Seguro DPVAT; Legislação De Trânsito Sobre O Meio Ambiente.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. CTB – Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar em vigor. Brasília, 2005.

CHIARATO, Dolores C.A. O parque temático do trânsito e a criação de estratégias para a construção do conhecimento. Florianópolis: UFSC, 2000.

DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito para cidades. Brasília,1998.

DOTTA, A. Condutor defensivo teoria e prática. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Júlyver Modesto de. Trânsito Reflexões Jurídicas. 1º ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Aspectos Criminais do Código de Trânsito Brasileiro. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 1999.

JESUS, Damásio Evangelista de. Crimes de Trânsito. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Crimes de Trânsito. São Paulo: RT, 1998.

PERIÓDICOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 12/01/2019.

76	Metodologia do Ensino Superior	60

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL

PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4580	Perícias de Acidentes e Segurança no Trânsito	40

APRESENTAÇÃO

Identificação das causas de acidentes de trânsito; A importância da perícia na investigação de acidentes de trânsito. Planejamento para a coleta de informações. Visão genérica sobre as provas. Fases da perícia. Técnicas de levantamento de dados em locais de acidentes de trânsito. Identificação de vestígios. Levantamento de local. Técnicas de Fotografia e utilização da Fotogrametria; Orientação de Programas de Prevenção de acidentes de trânsito.

OBJETIVO GERAL

Destacar a importância de o condutor estar constantemente instruído e preparado para conduzir da melhor forma possível, sabendo como evitar e agir diante de fatores de riscos que aumentem a probabilidade de acidentes.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Apresentar e articular sobre a importância da perícia na investigação de acidentes de trânsito;

• Descrever e discutir as técnicas de levantamento de dados em locais de acidentes de trânsito;

• Demonstrar a importância da orientação de programas de prevenção de acidentes de trânsito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO; A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA NA INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO. PLANEJAMENTO PARA A COLETA DE INFORMAÇÕES. VISÃO GENÉRICA SOBRE AS PROVAS. FASES DA PERÍCIA. TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS EM LOCAIS

DE ACIDENTES DE TRÂNSITO. IDENTIFICAÇÃO DE VESTÍGIOS. LEVANTAMENTO DE LOCAL. TÉCNICAS DE FOTOGRAFIA E UTILIZAÇÃO DA FOTOGRAMETRIA; ORIENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. Acidentes de trânsito. 3. ed. Campinas, SP: Editora Millennium, 2003.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. [S.l.]: Editora da UFSC, 1994.

DNIT/IPR. Manual de estudos de tráfego. Rio de Janeiro, 2006. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Publicação IPR - 723. 384 p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Maria José da Silva (Org.). Seguindo a estrada: trajetórias de perdas repentinas/precoces no trânsito. Rio de Janeiro: Funenseg, 2012.

JORGE Maria H, KOIZUME Maria S. Acidentes de trânsito no Brasil. Abramet, São Paulo, 2007. VASCONCELOS, E. A. Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP, 1999.

PERIÓDICOS

SILVA, K. O. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar. Maringá/PR, 2007. Disponível em: < http://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm>. Acesso em: 08 set. 2016.

4581	Gestão de Conflitos e Cultura da Paz no Trânsito	60

APRESENTAÇÃO

Instrumentos de Paz Social e tratamento de conflitos. Mecanismos alternativos e colaborativos de resolução de conflitos de trânsito: Mediação, Conciliação, Arbitragem e Justiça Restaurativa.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer a necessidade de mecanismos alternativos e colaborativos de resolução de conflitos de trânsito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Fazer a análise, classificação e diferenças meios de solução de conflitos;

• Estudar os conceitos de negociação, conciliação e mediação;

• Analisar e avaliar os custos sociais da violência e dos acidentes de trânsito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INSTRUMENTOS DE PAZ SOCIAL E TRATAMENTO DE CONFLITOS CLASSIFICAÇÃO E DIFERENÇAS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS A NEGOCIAÇÃO A CONCILIAÇÃO A MEDIAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DOS MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS CULTURA DA PAZ NO TRÂNSITO CONCEITO DE PAZ PAZ NO TRÂNSITO CUSTOS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO CUSTO TOTAL E MÉDIO POR GRAVIDADE DE ACIDENTE – RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS (2014) O QUE CULTURA DE PAZ TEM A VER COM SAÚDE? POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA DA PAZ A RELAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA E CULTURA DA PAZ UNESCO E OS PRINCÍPIOS DA CULTURA DE PAZ VALORES ÉTICOS NO TRÂNSITO: CIDADANIA, EDUCAÇÃO E ÉTICA.

REFERÊNCIA BÁSICA

Anais de 1º Congresso Brasileiro do Macroestudo de Segurança de Trânsito de Desenvolvimento Viário (1979, março, 7 a 9). São Paulo, SP, Brasil.

BRAGA, J. C., & Agune, A. C. (1979). Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas – Os Transportes na Política Econômica. Brasil: FUNDAP.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2006). Impactos Sociais e Fausto, B. (1993). O Brasil Republicano. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 4 (3), 324-326.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DAGOSTIN, Carla Giovana. Psicologia do trânsito: livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2014.

GOMES, C. Dos Valores Proclamados aos Valores Vividos. Brasília: UNESCO, 2001. MANUAL DE PROTEÇÃO ESCOLAR E PROMOÇÃO DA CIDADANIA: sistema de proteção escolar. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Educação. Fundação para o desenvolvimento da educação. São Paulo, 2009. WAISELFISZ, Julio Jacobo.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2011: ACIDENTES E TRÂNSITO. Os Jovens do Brasil. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011. Rizzardo. Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro. 4. ed. atual., rev. ampl. São Paulo: Revista do Tribunais, 2003.

PERIÓDICOS

Salamoni, K. (2004). Revista Fundações. Porto Alegre: Rudder, 11ª ed., p. 98.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4582	**Psicologia Aplicada à Segurança do Trânsito**	**40**

APRESENTAÇÃO

Estudo das causas do acidente de trânsito e o do comportamento dos usuários. Prevenção de acidentes. Uso de equipamentos de segurança. Impactos dos acidentes e suas consequências nas vítimas e familiares; Sequelas: o transtorno do estresse pós-traumático; Educação para o trânsito; Instrumentos de incentivo à educação no trânsito.

OBJETIVO GERAL

Colaborar para o estudo das causas do acidente de trânsito e o do comportamento dos usuários.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os impactos dos acidentes e suas consequências nas vítimas e familiares;

• Compartilhar e cooperar com a educação para o trânsito;

• Pesquisar, estudar e analisar os instrumentos de incentivo à educação no trânsito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A PSICOLOGIA DO TRÂNSITO NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM POUCO DE HISTÓRIA TÉCNICAS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA OBJETIVO PROCESSO PAPEL DO AVALIADOR HABILIDADE DO AVALIADOR RESULTADOS TESTE PSICOLÓGICO ENTREVISTA OBSERVAÇÃO ÉTICA E LEGAL RELACIONAL SOCIAL PROFISSIONAL AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CAMPO DO TRÂNSITO POR QUE A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA É OBRIGATÓRIA PARA OBTENÇÃO DE CNH? DIREITOS DOS CANDIDATOS DIREITOS DOS PSICÓLOGOS DEVERES DOS CANDIDATOS DEVERES DOS PSICÓLOGOS INFORMAÇÕES GERAIS AOS CANDIDATOS LEGISLAÇÃO ELABORAÇÃO DAS DIMENSÕES NORMATIVAS DO TRABALHO DO PSICÓLOGO DO TRÂNSITO EM CLÍNICAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRILHANTE, Ogenis M.; CALDAS, Luiz Q. de A. Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental. Rio de janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FARIA, E. de O.; BRAGA, M. G. de C. Percepção de alunos de escola pública sobre o risco no trânsito urbano. In: CONGRESSO PANAMERICANO DE ENGENHARIA E TRÂNSITO E TRANSPORTE, XI, Gramado. Anais...Gramado: Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes. p. 13-25.

FIGUEIRA, H. A. Proposta de fiscalização aleatória para o Estado de São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de operações de serviço. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, M.H.; CRUZ, R.M.; ALCHIERI, J.C. (Orgs.). Comportamento humano no trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 205-215.

MARTINEZ FILHO, A. Desvios comportamentais no trânsito. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas.

ROZESTRATEN, R. J. A. Psicopedagogia do trânsito: princípios psicopedagógicos da educação transversal para professores do ensino fundamental. Campo Grande: UCDB, 2004.

PERIÓDICOS

ANDRADE, S.M.; JORGE, M.H.P.M. Características das vítimas por acidentes de transporte terrestre em município da Região Sul do Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 34, n. 2, p. 149156, 2000.

4584	Educação para o Trânsito	40

APRESENTAÇÃO

Conceito e definição de educação para o transito; O Trânsito e seus conflitos; A realidade brasileira e a violência no trânsito; A educação para o trânsito e suas concepções; O profissional de segurança pública e o trânsito; O profissional de segurança pública como agente de transformação. A importância da educação para o trânsito. Processos educativos em trânsito e sua relação direta com a segurança: do ciclista, da criança, do motociclista, do pedestre e, consequentemente, do motorista. Recursos humanos e didáticos.

OBJETIVO GERAL

Questionar e posicionar-se sobre os processos educativos em trânsito e sua relação direta com a segurança: do ciclista, da criança, do motociclista, do pedestre e, consequentemente, do motorista.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Descrever o conceito e a definição de educação para o trânsito;

• Analisar a educação para o trânsito e suas concepções;

• Refletir sobre o profissional de segurança pública e o trânsito;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO DEVERES DO CONDUTOR QUEM TEM A PREFERÊNCIA? ULTRAPASSAGENS USO DE LUZES E FARÓIS INTERRUPÇÃO DE MARCHA, IMOBILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMERGÊNCIA, PARAR E ESTACIONAR INFRAÇÃO E PENALIDADE RENOVAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO DIREÇÃO DEFENSIVA COMO TOMAMOS DECISÕES NO TRÂNSITO? DIRIGINDO CICLOMOTORES E MOTOCICLETAS RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E CONVÍVIO SOCIAL NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS NO TRÂNSITO A SINALIZAÇÃO DO LOCAL E A SEGURANÇA CONCEITOS E DEFINIÇÕES LEGAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

Direção defensiva - Fundação Carlos Chagas, com apoio do Denatran. Infração e penalidade - Fundação Carlos Chagas, com apoio do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Normas gerais de circulação - Associação Brasileira dos Educadores de Trânsito (Abetran), prof. Miguel Ramirez Sousa. Noções de Primeiros Socorros no trânsito - Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), com apoio do Denatran. Renovação da Carteira Nacional de Habilitação - Fundação Carlos Chagas, com apoio do Denatran.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUNN, WN. Análise de políticas públicas: uma introdução. 2. ed. Penhascos de Englewood: Prentice-Hall, 1993.

ROZESTRATEN, Reinier, JA. Psicologia do trânsito: conceitos e conceitos básicos. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SABATIER, PA Mudança de política ao longo de uma década ou mais. In.: SABATIER, PA; JENKINS-SMITH, HC. Mudança de política e aprendizagem: uma abordagem de coalizão de defesa. Pedregulho: Westview Press, 1993.

VASCONCELOS, Eduardo A. O que é trânsito. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PERIÓDICOS

ROZESTRATEN, Reinier J. A. A psicologia social e o trânsito. Revista Psicologia: ciência e profissão. Brasília, 1986, vol. 6, nº 2.

4586	Ética, Cidadania e Meio Ambiente	30

APRESENTAÇÃO

Ética e diálogo no transito, consenso e responsabilidade na sociedade democrática e no Estado de direito. Direitos humanos e direitos da cidadania; Cidadania e trânsito; Deontologia e princípios éticos do profissional das atividades de segurança, agentes públicos e carreiras jurídicas. O que é trânsito; Normas que regulam a poluição causada pelos veículos; Qualidade do ar; Impactos ambientais da ampliação e manutenção viárias; Conservação dos recursos naturais.

OBJETIVO GERAL

Levar a discussão para além do trânsito, abordando assuntos referentes ao planejamento urbano, educação, cidadania e segurança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Adquirir conhecimentos sobre os direitos humanos e direitos da cidadania;

• Analisar os princípios éticos do profissional das atividades de segurança, agentes públicos e carreiras jurídicas;

• Estudar os impactos ambientais da ampliação e manutenção viárias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O trânsito depende de todos nós Trânsito seguro: ainda é possível? Mobilidade humana: para as pessoas ou para os veículos Polícia Rodoviária Federal: uma polícia cidadã Educação: solução para o trânsito História da educação para o trânsito no Brasil A função do município no Sistema Nacional de Trânsito A estrutura de trânsito e as ações a serem desenvolvidas Órgão Executivo de Trânsito Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI Educação Engenharia de trânsito Fiscalização Convênios de operação de trânsito com DETRAN e Brigada Militar Aplicação dos recursos da multa por infração de trânsito Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET Como se integrar ao Sistema Nacional de Trânsito – SNT

REFERÊNCIA BÁSICA

BEUAX, A. (1969). Acidentes de trânsito na justiça (3a. ed.). Porto Alegre: Livraria do Globo.

GUERRA, Antônio Jose Teixeira. Impactos Ambientais Urbanos No Brasil. Ed. Bertrand Brasil. Ano: 2001.

PAULA, M. das G., AMÂNCIO, C.O. da G., GOMES, M.A. O. e AMÂNCIO, R. Introdução ao Estudo de Gestão e Manejo Ambiental. Lavras-MG: UFLA, Textos Acadêmicos, 2001.

SANCHEZ, Luis. H. Ed. Oficina de textos. Avaliação de Impacto Ambiental. Ed. Oficina de textos. Ano: 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Justiça (1978). Plano Nacional de Segurança de Trânsito, Diretrizes de Segurança de Trânsito. Brasília, DF.

BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

DALL'AGNOL, Darlei . Bioética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MINC, CARLOS. Ecologia e cidadania. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2007.

PERIÓDICOS

Brasil. Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (1997). Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF. Recuperado em 12 de agosto de 2010, de http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/ l9503.htm.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos profissionais da Educação, Servidores Públicos da área de Trânsito, Policiais Civis, Militares, Rodoviários, Diretores ou a profissionais graduados, que tenham interesse em aprimorar-se ou especializar-se na área de Gestão e Educação para o Trânsito.